

Título :

Terceirização – IN nº 05/17 – Vigência – Contratos firmados – Repercussão

PERGUNTAS E RESPOSTAS – 818/282/AGO/2017

PERGUNTA 1 – TERCEIRIZAÇÃO

Quando entra em vigor a nova IN nº 05/17? Como serão regidos os contratos em andamento e formalizados de acordo com a IN nº 02/08? Esses contratos poderão ser prorrogados ou devem ser realizadas novas licitações, adequadas à IN nº 05/17?

De acordo com o disposto em seu art. 75, a IN nº 05/17 “entra em vigor 120 dias após sua publicação”.

Trata-se do *vacatio legis*, ou seja, período de tempo previsto entre a publicação e o início de sua vigência. A regra para o início dos efeitos de uma nova norma está prevista no art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657/42 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

No caso da IN nº 05/17, foi prevista disposição diferente da norma geral indicada, pois houve definição de *vacatio legis* de 120 dias **após a data de sua publicação**. Assim, a contagem desse prazo de 120 dias deve observar, em parte, a disciplina fixada pela Lei Complementar nº 95/98, que, em seu art. 8º, § 1º, prevê:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.

§ 1º **A contagem do prazo** para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância **far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral**. (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001). (Grifamos.)

Vê-se que, para a contagem do prazo da *vacatio legis*, considera-se a data da publicação (inclusive) e a data do último dia do prazo, entrando a norma em vigor no dia seguinte a esse prazo, independentemente se for dia útil ou não, haja vista a lei não ter fixado qualquer condição nesse sentido.

De acordo essa fórmula legal, tendo a IN nº 05/17 sido publicada no Diário Oficial da União em 26 de maio de 2017, este será o primeiro dia dos 120 previstos para sua entrada em vigor, devendo-se, ainda, incluir o último dia desse prazo no período de *vacatio legis*, qual seja, o dia **22 de setembro**, passando a referida norma a vigorar em **23 de setembro de 2017 (sábado)**.

No que diz respeito à transição do regime da IN nº 02/08 para o regime instituído pela IN nº 05/17, esta prevê, no parágrafo único de seu art. 75, que “permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2, de 2008, **os procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada** em vigor desta norma” (grifamos).

Da simples literalidade desse dispositivo, tem-se que todos os procedimentos autuados ou registrados até data de 23 de setembro de 2017 continuarão sendo regidos pelas disposições da IN nº 02/08, não se impondo qualquer modificação nas regras aplicadas, o que se estende para os contratos firmados antes dessa data. Inclusive, no que diz respeito aos contratos firmados em data anterior ao início dos efeitos da IN nº 05/17, na medida em que constituem atos jurídicos perfeitos, considerando a irretroatividade das leis de forma a prejudicar ou afetar o ato jurídico perfeito (art. 5º, inc. XXXVI, da

Constituição Federal), sequer se cogita qualquer alteração nesses ajustes.

Nesses termos, tendo em vista que a IN nº 05/17 não vedou a prorrogação desses ajustes até o limite legalmente admitido, é possível cogitá-la. Contudo, ainda que não tenha sido fixada vedação nesse sentido, pode não se constituir na melhor prática. Explica-se.

Considerando que a IN nº 05/17 substituirá a IN nº 02/08, a fim de instituir um regime de normas e regras que orienta de modo mais adequado a formação e a gestão dos contratos de prestação de serviços, tratando-se a prorrogação desses contratos de atos discricionários, é preciso avaliar com muita cautela a conveniência e a oportunidade de manter as contratações nos moldes da norma revogada. De toda forma, como não há imposição normativa vedando a prorrogação, entende-se que essa análise deva ser feita e instruída oportunamente em cada processo.

Como citar este texto:

Terceirização – IN nº 05/17 – Vigência – Contratos firmados – Repercussão. *Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos*, Curitiba: Zênite, n. 282, p. 818, ago. 2017, seção Perguntas e Respostas.